



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA
Secretaria de Apoio Pericial
Assessoria Temática Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais

PARECER PERICIAL Nº 115/2016/6ªCCR

Referência	ICP nº 1.17.004.000112/2015-62
Solicitante	Dra. Walquíria Imamura Picoli, Procuradora da República.
Interessado	Dr. Paulo Henrique Camargos Trazzi
Ementa	Impactos do desastre socioambiental causado pelo rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana, sobre as comunidades indígenas Tupiniquim e Guarani das TIs. Caieiras Velhas II, Comboios e Tupiniquim.

1. Introdução

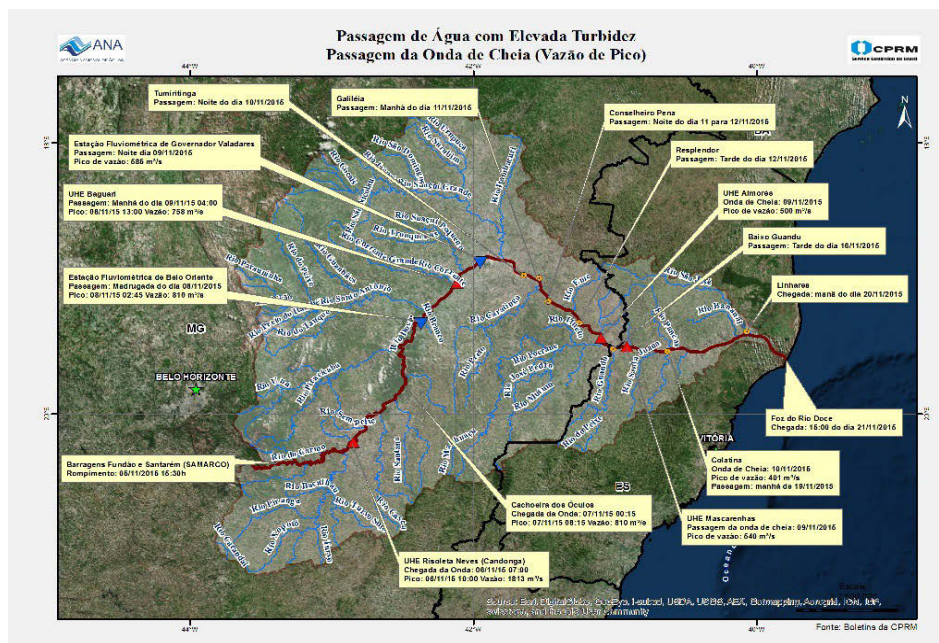
Trata-se de trabalho pericial solicitado pela Procuradora da República Dra. Walquíria Imamura Picoli, designada pela Portaria PGR/MPF Nº 953/2015 para atuar, em conjunto com outros Procuradores da República, nos Inquéritos Cíveis Públicos relacionados ao rompimento da barragem de rejeitos minerários do Fundão, pertencente à empresa mineradora Samarco Mineração S.A.. A perícia solicitada, de natureza antropológica, visa esclarecer sobre os impactos e alterações decorrentes desse desastre socioambiental nas populações indígenas habitantes das terras indígenas Caieiras Velhas II, Comboios e Tupiniquim, localizadas no Município de Aracruz-ES.

Realizei, entre os dias 25 e 29 de janeiro, trabalho de campo nas três terras indígenas, durante o qual utilizei-me de técnicas de pesquisa como entrevistas, reuniões, observação participante, visita a locais relacionados ao objeto da perícia e registro fotográfico, para a

coleta de dados que permitissem a análise do caso de acordo com a metodologia antropológica.

2. Breve caracterização do desastre socioambiental

No dia 05 de novembro de 2015, por causas ainda não esclarecidas, ocorreu o rompimento da Barragem do Fundão, uma das três (além da barragem de Germano, à montante, e de Santarém, à jusante) utilizadas pela Samarco Mineração S.A. para disposição dos rejeitos do processo de concentração do minério de Ferro do Complexo Germano-Alegria, localizado no município de Mariana, região central de Minas Gerais. Com o rompimento, vazaram imediatamente da barragem do Fundão entre de trinta e quatro e cinquenta milhões de metros cúbicos desses rejeitos, os quais após transporem a barragem de Santarém formaram uma onda que avançou sobre o distrito de Bento Rodrigues, daí seguiu para o rio Gualaxo do Norte, depois para o Rio do Carmo e deste para o rio Doce até sua foz, adentrando o mar.¹



1. Ilustração : Mapa da passagem da lama (ANA/CPRM-Serviço Geológico do Brasil)

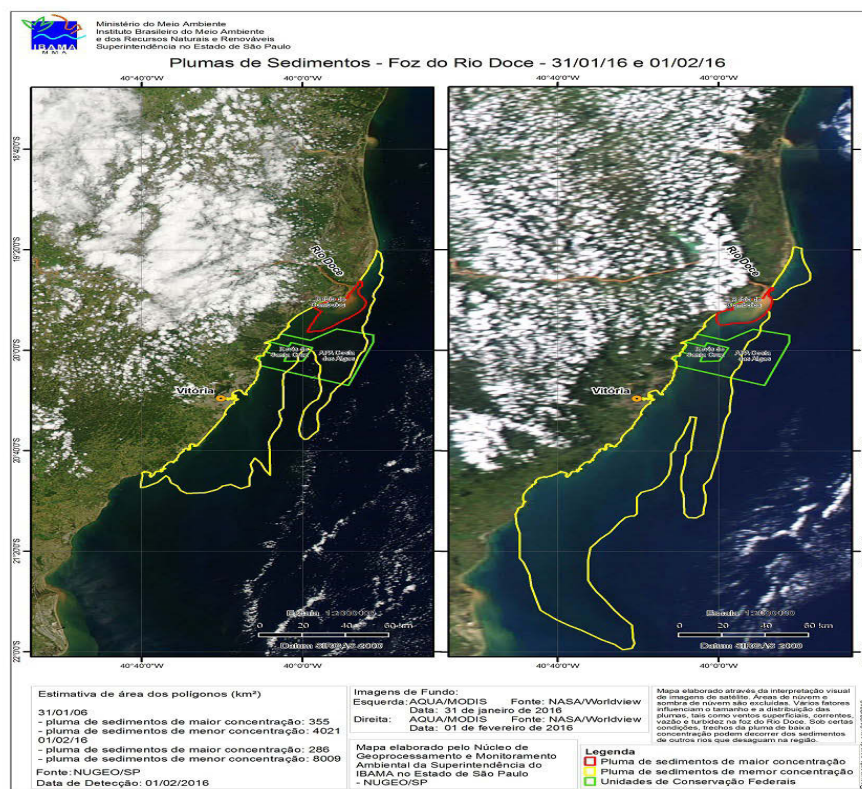
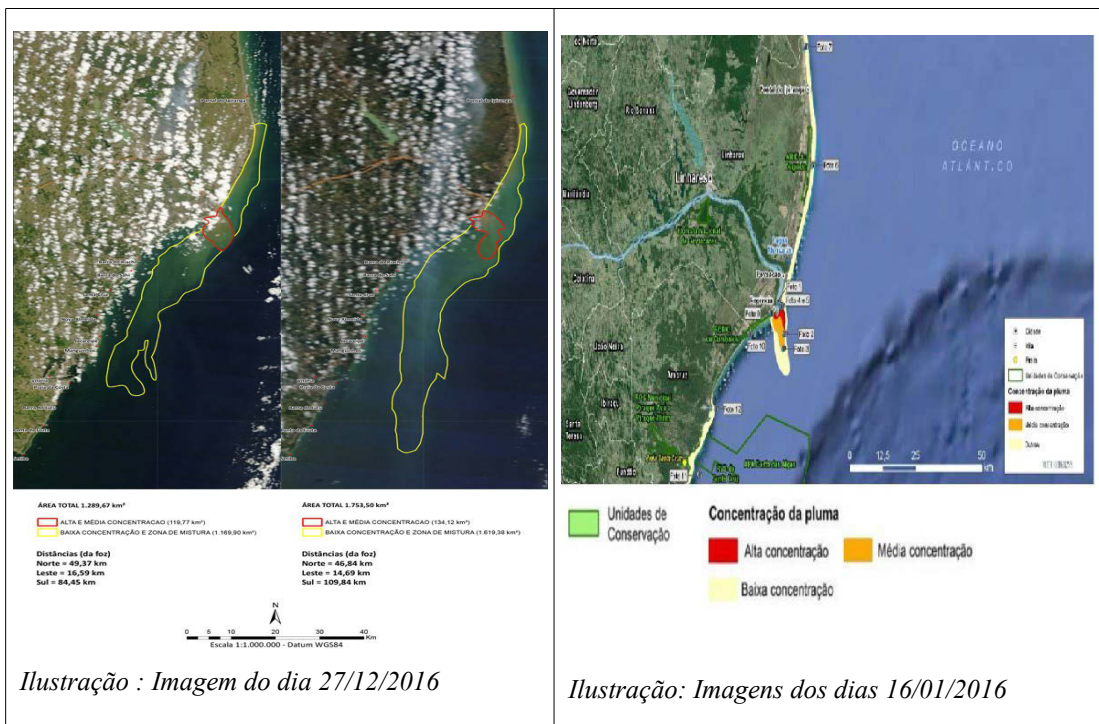
¹ Dados constantes do Laudo Técnico Preliminar elaborado pela Coordenação Geral de Emergências Ambientais, da Diretoria de Proteção Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-Ibama, de novembro de 2015.

De acordo com os dados divulgados até o momento, o desastre socioambiental provocou a morte de 17 pessoas no Distrito de Bento Rodrigues (há ainda duas pessoas desaparecidas), privou milhares de pessoas ao abastecimento de água, ocasionou uma imensurável mortandade de peixes no Rio Doce e outros cursos d'água, impediu a utilização da água para irrigação e pecuária, obrigou o desligamento de três usinas hidrelétricas, entre outros impactos.

As informações sobre a composição química e propriedades da lama ainda são insuficientes e contraditórias. Com efeito, enquanto a empresa mineradora Samarco afirma que o rejeito liberado no ambiente pelo desastre “é inerte” e “composto, em sua maior parte, por sílica (areia) proveniente do beneficiamento do minério de ferro e não apresenta nenhum elemento químico que seja danoso à saúde humana”², análises realizadas pelos serviços autônomos de água e esgoto de Governador Valadares-MG e Baixo Gandu-ES, bem como pela organização não-governamental SOS Mata Atlântica, indicaram possível contaminação da água do Rio Doce por metais pesados, bem como a presença de outros elementos químicos e biológicos que tornam a água do Rio Doce imprópria para o consumo humano.

No mar, além das insuficientes informações sobre a composição e propriedades da pluma de sedimentos, também há poucos dados sobre a área impactada e suas consequências. De acordo com os mapas disponibilizados pelo IBAMA no portal Governança pelo Rio Doce (<http://www.governancapelodoce.com.br>), há grande mobilidade da pluma de sedimentos no mar, principalmente da pluma de sedimentos de baixa concentração já detectada desde o litoral de Piúma-ES, ao Sul, até o limite Sul da Resex Marinha de Cassurubá, ao Norte. Em meados de janeiro, houve notícia, não confirmada, de possível chegada da pluma de sedimentos ao Parque Nacional dos Abrolhos. Os mapas a seguir mostram a localização da pluma em determinados dias do mês de dezembro/2015, janeiro e fevereiro/2016:

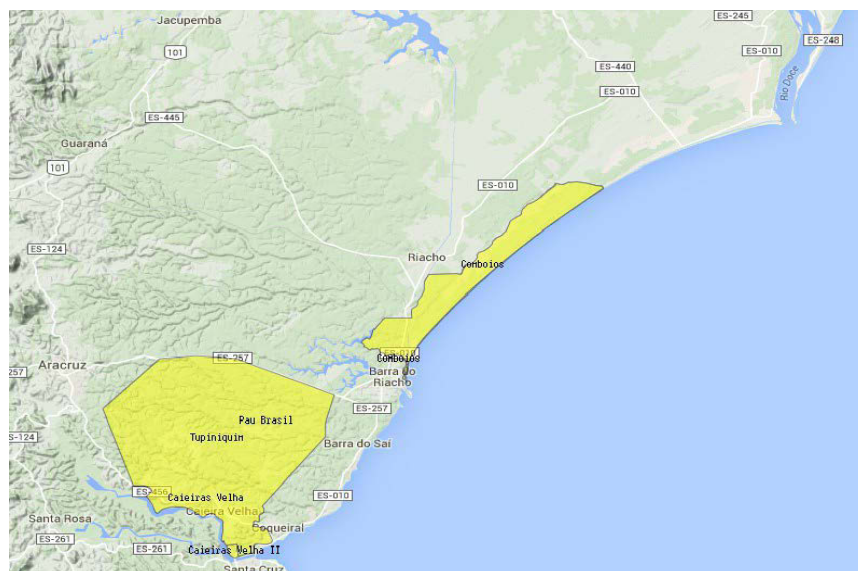
2 Conforme Nota da empresa Samarco disponível em: <http://www.samarco.com/tag/plano-de-acao-emergencial-de-barragens/>. Acessado em 02 fev 2016.



As imagens permitem ver que a lama de rejeitos que chegou ao mar alcançou uma vasta extensão, incluindo a praia do Comboios e a foz do Rio Riacho, na TI Comboios, bem como a foz do rio Piraquê-Açu que margeia as TIs Caieiras Velhas II e Tupiniquim.

3. As Terras Indígenas Caieiras Velhas II, Tupiniquim e Comboios

As terras indígenas Caieiras Velhas II, Comboios e Tupiniquim, localizadas no município de Aracruz-ES, constituem pequenas parcelas do antigo território tradicional Tupiniquim no litoral brasileiro e da sesmaria que lhes foi medida no século XVIII³. Desde o final da década de 1960, passou a ser também ocupada por grupos Guarani. As atuais demarcações dessas terras foram homologadas em abril de 2004, a primeira, e em novembro de 2010, as demais, concluindo um processo que se iniciou em 1979⁴.



A TI Tupiniquim tem área de 14.282 ha, situa-se entre o rio Piraquê-açu e a rodovia ES-257 e conta com uma população de aproximadamente 2.544 pessoas (SESAI/SIASI, 2013), distribuída em seis aldeias (Areal, Boa Esperança, Caieiras Velhas, Irajá, Pau Brasil e Três Palmeiras)⁵. A TI Comboios, situada entre os rio Comboios e o mar,

3 Além destas terras indígenas reconhecidas, na região próxima à foz do Rio Doce existe a Comunidade Areal, localizada entre o Rio Doce e o Rio Preto, no município de Linhares-ES, que tem reivindicado identidade indígena (Tupiniquim e Botocudo). Sobre o tema ver: FERREIRA, Simone Raquel Batista (coord.). 2015. Relatório de identificação do Território Tradicional Ribeirinho da Foz do Rio Doce. UFES/Departamento de Geografia/OCCA. Vitória. Disponível em: <http://conflitosnocampo.blogspot.com.br/2015/07/territorio-tradicional-ribeirinho-da.html>. Acessado em: 04 fev 2016.

4 A Terra Indígena Tupiniquim englobou as antigas Caieiras Velhas e Pau Brasil, que haviam sido demarcadas na década de 1980 com subtração mais de 2.000 ha de seu território tradicional.

5 Como parte do processo de reocupação do território indígena, uma nova aldeia está se constituindo. Trata-se de Aldeia Olho D'água de população guarani localizada ao centro da TI Tupiniquim.

tem área de 3.872 ha e população de 490 pessoas (SESAI/SIASI, 2013), distribuída em duas aldeias (Comboios e Córrego do Ouro). Por fim, a TI Caieiras Velhas II, contígua à TI Tupiniquim e próxima à foz do Rio Piraquê-Açu, tem área de 57 ha e população de 26 pessoas em sua única aldeia (Piraquêaçu).

Essas terras indígenas estão sob forte impacto de empreendimentos econômicos que têm afetado o meio ambiente, a economia e o modo de vida em geral das comunidades indígenas, a exemplo da indústria de celulose, portos, estaleiro e oleodutos, construídos ou em construção na região. A TI Comboios sofre também a influência da Reserva Biológica de Comboios.

4. Apontamentos sobre a cultura e as atividades de subsistências dos povos Tupiniquim e Guarani

Creio importante destacar que, ao analisar os efeitos do desastre socioambiental decorrente do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, não é possível restringi-los àqueles decorrentes do impacto físico/material sobre os bens e pessoas atingidas pela lama de rejeitos lançada no Rio Doce e deste ao mar e outros cursos d'água. As Ciências Sociais, particularmente a Antropologia, tem contribuído para demonstrar que esses eventos críticos “envolvem a combinação de um potencialmente destrutivo agente da esfera natural ou tecnológica e uma população em condição socialmente produzida de vulnerabilidade”, bem como para esclarecer que seus efeitos são distribuídos desigualmente na sociedade condicionados por fatores socioculturais como gênero, relações de poder, classe social, religião, etnicidade, etc.

Nas últimas décadas, tem se desenvolvido um campo de pesquisa chamado 'Antropologia do Desastre' que busca colaborar com a compreensão desse fenômeno destacando alguns elementos que ordinariamente eram desconsiderados nas análises técnicas e nas definições políticas:

Desastres, e os riscos que eles levam, foram reavaliados e redefinidos como elementos básicos, frequentemente crônicos dos ambientes e, mais significativamente, como acontecimentos em cuja construção os próprios humanos em alguma medida tomam parte (Hewitt, 1983). A formação e formulações dos domínios sociais foram adicionados ao nexo do desastre. Sociedades estabelecem assentamentos dentro das zonas perigosas e, devido às forças políticas e/ou econômicas, determinados segmentos de suas populações são muitas vezes colocados em situações mais perigosas do que outros. Os membros da comunidade não são nem desinformados nem inertes. Eles fazem avaliações de seu meio físico, de sua subsistência e das atividades comerciais, e dos tipos de riscos assumidos. Eles geram ideologias e estratégias que permitam seus estilos de vida e explicam as suas circunstâncias. [...] Cientistas sociais que pesquisam desastres perceberam que catástrofes não poderiam ser nem compreendidas nem atenuadas apenas pela exploração da plataforma física da existência humana. Os fatores sociais são igualmente relevantes. **Métodos de subsistência, utilização de recursos, construção de abrigo, invenção de ferramentas, ditames da estrutura social, distribuição de poder, o apego ao lugar, os costumes, e muitos outros elementos socioculturais estão enredados dentro do vórtice de catástrofe.**⁶ (tradução livre)

Destarte, ao tentar apreender quais os danos e prejuízos decorrentes dos rejeitos minerários que vazaram no Rio Doce sobre as populações indígenas de Aracruz, é preciso conhecer aspectos de sua organização social, de suas práticas de subsistência e a relação com a praia, os rios e o mangue que informem o que é culturalmente percebido como “dano” ou “prejuízo”. Por outro lado, é necessário conhecer o processo de construção da vulnerabilidade dessas populações.

Embora a presença indígena na região seja constante nos registros históricos desde o período colonial a meados do século passado, a atual conformação social Tupiniquim a partir de meados da década de 1970 quando iniciam um processo de luta pela terra então já ocupada por posseiros e por plantações de eucalipto. Famílias habitantes de Caieiras Velhas, Potiri, Barra do Sahy, Pau Brasil, Vila do

6 HOFFMAN, Susanna M. e OLIVER-SMITH, Anthony. “Anthropology and the Angry Earth: An Overview”. In _____. The Angry Earth: Disaster in Anthropological Perspective. New York, Routledge. 1999. Disponível em: http://samples.sainsburysebooks.co.uk/9781136755590_sample_819479.pdf Acessado em: 26 fev 2016.

Riacho e Comboios, ligadas por relações de parentesco, econômicas e cerimoniais (em torno da dança do tambor ou banda de Congo), que se encontravam dispersas e sofrendo o assédio da empresa Aracruz Celulose e de posseiros sobre as áreas que tradicionalmente ocupavam, articularam-se para demandar ao Estado a constituição de uma “área indígena”. A essas famílias, agregaram-se outras que foram convidadas a retornar à terra indígena após a retirada dos posseiros da área.

No final da década de 1960, um grupo Guarani Mbya, que realizava migrações (Oguaté Porã) desde o Rio Grande do Sul, chegou à região de Caieiras Velhas e passou a residir próximo a foz do rio Piraquê-Açu e vivenciaram o avanço dos empreendimentos econômicos sobre aquela região. A partir da década de 1970, os Guarani estreitaram a aliança política com os Tupiniquim em defesa da demarcação do território indígena.

Os Tupiniquim e os Guarani de Aracruz organizam-se atualmente em dez aldeias⁷⁸:

TI	Aldeia	Povo
Caieiras Velhas II	Piraquê-Açu	Guarani
Comboios	Comboios	Tupiniquim
	Córrego do Ouro	Tupiniquim
Tupiniquim	Areal	Tupiniquim
	Boa Esperança	Guarani
	Caieiras Velhas	Tupiniquim
	Irajá	Tupiniquim
	Olho D'água	Guarani
	Pau Brasil	Tupiniquim
	Três Palmeiras	Guarani

Todas as aldeias possuem um cacique próprio e buscam, em maior ou menor medida, autonomia política para definir sua organização social e política. Dentre as aldeias, a de Caieiras Velhas destaca-se como a maior e a que concentra as agências de órgãos

7 Por aldeia refiro-me às unidades político geográficas constituídas pelos Tupiniquim e Guarani. Algumas dessas 'aldeias' englobam mais de uma povoação e famílias que vivem dispersas no território.

8 Algumas famílias Guarani da Aldeia Três Palmeiras pretendem mudar-se para a região de Pau Brasil e construir uma nova aldeia.

voltados ao atendimento da população indígena na região, como a sede da Coordenação Técnica Local da FUNAI, do Polo Base de Atenção à Saúde Indígena e do Centro de Referência de Assistência Social-CRAS/Indígena. Essas dimensões, bem como o próprio percurso histórico de constituição da Terra Indígena, explicam certa ascendência política de Caieiras Velhas sobre as demais aldeias, ainda que formalmente a coordenação política das aldeias seja da competência da Comissão de Caciques Tupiniquim e Guarani⁹.

No caso Tupiniquim, cada aldeia se constitui de parentelas que se agrupam em torno de uma pessoa mais velha com forte capital simbólico e político que legitimam sua pertença ao grupo e garante sua participação nos projetos e discussões coletivos. Em Caieiras Velhas e Irajá, depois da retirada dos não indígenas, é comum que uma parentela ocupe o mesmo lote ou construa casas no mesmo arruamento. Em Comboios, em razão dos aspectos ecológicos dessa terra indígena, as moradias encontram-se quase todas localizadas ao longo de uma rua que cruza a terra indígena no sentido Norte-Sul, paralelamente ao Rio Comboios. A aldeia Pau Brasil esteve durante muito tempo praticamente ilhada em meio às plantações de eucalipto o que ocasionou forte concentração das casas; nos últimos anos, porém, verifica-se certa tendência à dispersão.

Embora tenham composição bastante heterogênea, as aldeias tupiniquim da TI Tupiniquim apresentam alguns elementos culturais, econômicos e políticos que dão unidade. Dentre estes elementos destaca-se a relação com o estuário do Piraquê-Açu. De fato, é comum que ao narrarem a história de suas famílias, principalmente em Caieiras Velhas e Irajá, muitos dos tupiniquim ressaltem o papel do rio Piraquê-açu e do manguezal para a sua subsistência.

De fato, mesmo que a roça seja considerada por muitos a atividade econômica principal dos Tupiniquim, nas histórias de vida fica clara a importância da pesca e da mariscagem. Dona Helena, uma anciã

9 Não obstante a aliança política e o capital simbólico que os Guarani emprestam, a relação entre os Tupiniquim e os Guarani foi marcada significativa tensão, pois os primeiros consideram os verdadeiros 'donos' do lugar, reservando aos Guarani a posição de 'posseiros' em seu território (SILVA, Sandro José. Tempo e espaço entre os Tupiniquim. Campinas : Unicamp, 2000. Dissertação de Mestrado. p. 44 e 45.)

da aldeia Caieiras Velha, por exemplo, destaca que criou seus onze filhos com recursos do mangue.

Em geral, a pesca é uma atividade que abrange toda a comunidade indígena, ainda que apenas uma pequena parte considere ser a pesca e a mariscagem sua atividade principal. É rara uma casa que não tenha pelo menos alguns apetrechos de pesca. Os barcos, mais, raros são comumente emprestados àqueles que não possuem um. A pesca e a mariscagem são também para os Tupiniquim uma atividade de lazer e social, como destaca o antropólogo Sandro Silva em sua dissertação:

Pela manhã os homens já estão se aprontando para pescar no mangue. Quem não foi fachear ou caçar no dia anterior, arruma as tralhas de pesca ali por volta das cinco horas e sai para a maré. Não vai só. Na véspera, uma visita a um camarada prepara o encontro e a pescaria conjunta. Dois ou três no máximo, seguem para o misto de trabalho e diversão. Quem não tem barco passa na casa de um compadre ou colega para apanhar a chave do cadeado. Os remos são coisas que não se emprestam e cada um tem o seu par, feito por ele mesmo. [...] Olindo é compadre de Pelé. Os dois não pescam juntos, mas Pelé sempre recorre a Olindo para tomar emprestado seu bote nas pescarias. O companheiro de pesca de Pelé é o Êlcio, “o delegado”, seu vizinho e também companheiro de farras. Após conseguir as chaves do barco os dois vão rápido para a maré.¹⁰

Além da socialização na própria pescaria, essa atividade também contribui para reforçar os laços de solidariedade entre as famílias tupiniquim. Em geral, o resultado da pesca, quando não destinada a venda e em quantidade suficiente, é distribuída com os parentes, vizinhos e compadres.

O período do ouriço do mar, muito apreciado pelos Tupiniquim, é outro em que praticamente toda a comunidade é mobilizada e vai às praias próximas para sua coleta, em uma atividade ao mesmo tempo de subsistência e de lazer, em que homens, mulheres e crianças participam ativamente.

¹⁰SILVA, Sandro José. Tempo e espaço entre os Tupiniquim. Campinas : Unicamp, 2000. (Dissertação de Mestrado)

Quanto as aldeias Guarani, localizam-se, à exceção da aldeia Olho D'água, nas proximidades da praia e do estuário do Rio Piraquê-Açu e as casas distribuem-se, segundo as famílias extensas, pelas áreas de mata consideradas adequadas para o seu modo de vida. Importante lembrar aqui a noção de *tekoha*, unidade política, religiosa e territorial do povo Guarani, compreendida como o “lugar em que se realiza o modo de ser Guarani”.

Ao contrário dos Tupiniquim que sempre consideram a possibilidade de utilizar o produto da pesca e da mariscagem para a venda, raramente o fazem. A atividade econômica primordial dessas comunidades Guarani é a venda do artesanato que consideram próprio de sua tradição cultural. Não obstante, o rio Piraquê-Açu e o Mangue desempenham um papel também importante como fonte de alimentos para a comunidade, visto que a caça também muito apreciada pelos Guarani, é difícil na região devido às poucas áreas de mata preservadas, em razão do monocultivo do eucalipto e de outros empreendimentos econômicos que afetaram as terras indígenas de Aracruz.

Deve-se ainda destacar, que os Guarani tem restrições alimentares sobre várias espécies de animais do mangue e do mar, os quais consideram inadequados para o consumo humano, como é o caso dos crustáceos e da arraia que consideram sujos, “com cheiro de mijo”. De sorte, que os Guarani dependem muitos dos peixes pescados no estuário do Piraquê-Açu para sua segurança alimentar.

Embora sejam aliados políticos dos Tupiniquim, os Guarani não parecem acompanhar o processo de tomada de decisões sobre a terra indígena, principalmente quanto aos projetos de sustentabilidade econômica decorrentes do impactos socioambientais sobre o território indígena, afigurando-se, ainda mais vulneráveis aos impactos socioambientais decorrentes do desastre da Samarco.

Em tempos pretéritos, a farinha de mandioca era a o produto comercial mais importante das famílias indígenas de Comboios. Existiam vários *quitungos* onde a farinha era produzida para depois ser levada à Vila do Riacho para ser comercializada. Segundo moradores mais antigos, em outras épocas se produzia muita farinha e havia

compradores certos para o produto. No entanto, essa produção foi diminuindo provavelmente por fatores como a queda da produtividade nas lavouras, a competição com produtores modernos, a baixa no preço do produto, entre outros. Embora ainda seja produzida na terra indígena, poucos são os que a fazem para o comércio, sendo quase totalmente consumida internamente.

Quanto a outros produtos agrícolas, muitas famílias plantavam abóbora, feijão e milho, além de frutíferas. Esse tipo de atividade, segundo os moradores, é hoje residual e quase sempre realizada próximo ao terreiro das casas, à exceção do feijão de praia.

Em anos recentes, tem se desenvolvido a plantação e coleta da pimenta-rosa, a semente da aroeira (*Schinus terebinthifolius*), cuja comercialização parece envolver parte das famílias de Comboios no período de maio a julho.

De acordo com os indígenas moradores da TI Comboios entrevistados durante o trabalho de campo, a pesca e mariscagem na praia e no rio Comboios e em outros cursos d'água que cruzam ou margeiam a terra indígena é uma atividade fundamental de subsistência das famílias, em especial daquelas que não possuem membros empregados nas indústrias da região ou no serviço público (como professor, agente de saúde, etc.). Com efeito, há ainda um número expressivo de famílias que têm na venda de peixes e mariscos sua atividade econômica principal. Para outras, a pesca e a coleta do guaiamum são um complemento proteico necessário a sua subsistência.

Habitando uma estreita faixa de terra arenosa entre o rio Comboios e o mar, os Tupiniquim tem uma relação estreita com o mar, o rio Comboios e o pequeno mangue próximo à foz do rio Riacho, de onde buscam parte significativa de sua alimentação, comercializam o excedente, mas também onde realizam atividades de lazer. Por outro lado, a praia e o rio Comboios são parte dos referenciais identitários do povo Tupiniquim. Com efeito, os Tupiniquim de Comboios consideram-se descendentes ou parentes do Caboclo Bernardo, um pescador que se tornou herói após salvar cerca de 110 marinheiros que naufragavam próximo ao povoado de Regência, bem como costumam lembrar a

destreza dos seus antepassados que saíam no mar bravio daquela região em pequenas canoas e barcos para pescar.

Os Tupiniquim, em geral, demonstram um conhecimento muito profundo e disseminado do meio ambiente em que vivem. Ao discorrem sobre suas roças e as práticas de pesca e mariscagem, bem como ao enumerar as diversas espécies da fauna, demonstram como aproveitam esse conhecimento para garantir a subsistência do grupo. Com efeito, é o aproveitamento sistemático desses recursos que lhes garantem o alimento e algum dinheiro. Afirmam, por exemplo, que há uma época mais adequada para cada espécie de peixe e o local onde é mais fácil alcançá-lo. Outro conhecimento muito considerando pelos Tupiniquim diz respeito aos ciclos da lua e aos ventos. Toda atividade de pesca e mariscagem é realizada tomando em conta a fase da lua e a 'direção' do vento. A época do 'vento sul', referida por alguns como ocorrendo entre os meses de junho e julho, é por todos considerados como um período impróprio para essas atividades.

5. Percepção do impacto e danos decorrentes do desastre socioambiental na mineradora Samarco.

Inicialmente, é preciso esclarecer que esta perícia antropológica não tem o propósito de realizar algum tipo de “valoração econômica” ou mesmo a mensuração dos danos causados às comunidades indígenas das terras indígenas do Norte do Espírito Santo pelos rejeitos minerários que vazaram da barragem de Fundão, em Mariana-MG. A perícia realizada destina-se a recolher informações de caráter geral e etnográfico que permitam identificar os impactos percebidos pelas referidas comunidades indígenas, bem como perscrutar as possíveis alterações nos seus modos e condições de vidas decorrentes do desastre socioambiental.

Logo após o desastre ambiental na barragem do Fundão, foram divulgadas diversas notícias sobre a contaminação das águas do Rio Doce pelos rejeitos minerários. O portal de notícias R7, por exemplo,

publicou, no dia 11 de novembro de 2015, que amostras de água do Rio Doce coletadas na região de Governador Valadares apresentavam grandes concentrações de metais pesados como o manganês que “pode provocar danos graves à saúde”¹¹. Nesse mesmo dia 11 de novembro, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente autuou a empresa Samarco, em razão do desastre ambiental, “por causar poluição hídrica resultando em risco à saúde humana; tornar áreas urbanas impróprias para ocupação, causar interrupção do abastecimento público de água, lançar resíduos em desacordo com as exigências legais; e provocar a mortandade de animais e a perda da biodiversidade ao longo do Rio Doce”¹².

Por outro lado, a empresa mineradora, em seus comunicados públicos, tem afirmado que o rejeito de minério de ferro que vazou da barragem de Fundão é inerte. No comunicado do dia 06 de novembro, a mineradora informou que o rejeito “é composto, em sua maior parte, por sílica (areia) proveniente do beneficiamento do minério de ferro e não apresenta nenhum elemento químico que seja danoso à saúde”¹³. No entanto, em outro comunicado rebatendo manifestações dos relatores das Nações Unidas para os Direitos Humanos e Meio Ambiente e para os Direitos Humanos e Substâncias Tóxicas que chamavam a atenção para a gravidade do acidente, a empresa informou a ocorrência de ferro e manganês acima dos valores de referência da norma, mas ainda abaixo dos valores considerados perigosos”¹⁴.

Ante informações insuficientes e contraditórias, órgãos públicos e a população em geral adotaram medidas de cautela como a não utilização da água do Rio do Doce para o abastecimento e a interdição de praias para atividades de lazer e pesca. Ainda que algumas dessas medidas tenham sido revertidas posteriormente, a população da região afetada continua temer pela qualidade da água. Em Governador

11 R7 NOTÍCIAS. Lama contaminada tem concentração de metais até 1.300.000% acima do normal. Quantidade alta de manganês pode provocar danos graves à saúde, alerta infectologista da USP. Disponível em: <http://noticias.r7.com/minas-gerais/lama-contaminada-tem-concentracao-de-metais-ate-1300000-acima-do-normal-12112015>. Acessado em: 11 fev 2016.

12 IBAMA. Mineradora Samarco é multada em R\$ 250 milhões por catástrofe ambiental. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/publicadas/samarco-e-multada-em-r250-milhoes-por-catastrofe-ambiental>. Acessado em 11 fev 2016.

13 SAMARCO. Plano Emergencial de Barragens. Disponível em: <http://www.samarco.com/2015/11/06/comunicado-2-2/>. Acessado em: 11 fev 2016.

14 SAMARCO. Posicionamento sobre comunicado da ONU. Disponível em: <http://www.samarco.com/2015/11/25/comunicado-64/>

Valadares, moradores ainda se recusam a beber a água tratada pelo serviço de abastecimento de água da cidade¹⁵. Próximo à foz do Rio Doce, três praias continuam interditadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Linhares-ES: Regência, Povoação e Comboios.

Há ainda forte temor acerca da possível contaminação da fauna marinha pelos rejeitos minerários, fazendo com que muitos pescadores e moradores do litoral de Linhares e Aracruz, assim como turistas que veraneiam na região, se abstenham de consumir peixes, crustáceos e moluscos.

Do mesmo modo, a população Tupiniquim e Guarani de Aracruz mostra-se muito receosa dos danos à saúde que a água e os animais 'contaminados' possam causar à saúde humana. Com efeito, desde que a pluma de rejeitos atingiu a praia que os Tupiniquim da Terra Indígena Comboios pararam de pescar no mar e, mais recentemente, no Rio Riacho e no Comboios, que consideram terem sido 'contaminados' pelos rejeitos minerários.

A cautela adotada pelos Tupiniquim em relação à pesca encontrou eco em ação judicial movida pelo Ministério Público Federal com base nas informações disponíveis (mais precisamente, na falta delas) sobre os riscos potenciais de contaminação da água e da fauna marinha, na qual a Justiça Federal em Linhares-ES decidiu liminarmente :

proibir/interditar a pesca de qualquer natureza, ressalvada aquela destinada à pesquisa científica, a partir do dia 22 de fevereiro de 2016, desde a primeira hora do dia, e por tempo indeterminado, passível de revisão quando dos resultados das análises técnicas oficiais, na área compreendida entre a região de Barra do Riacho, em Aracruz/ES, até Degredo/Ipiranguinha, em Linhares/ES, dentro dos 25 (vinte e cinco metros) metros de profundidade, abrangendo estas coordenadas geográficas:

Limite norte: 19°17'S 39°41'O

Limite sul: 19°49'50"S 40°3'28"

15 ESTADO DE MINAS. Moradores de Governador Valadares ainda desconfiam da qualidade da água do Rio Doce. Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/02/05/interna_gerais,731701/moradores-de-governador-valadares-ainda-desconfiam-da-qualidade-da-agu.shtml Acessado em: 11 fev 2016.

Embora a decisão judicial refira-se ao ambiente marítimo, constatamos no trabalho de campo que a pesca nos rios Comboios, Riacho e Gimuhuna, bem como na represa da FIBRIA que limita o território indígena de Comboios, também está seriamente comprometida. Os Tupiniquim de Comboios relatam que desde a chegada da lama de rejeitos à região de Linhares-ES eles deixaram de pescar nesses rios e na represa pois consideram que os mesmos também foram 'contaminados' pelas 'lama do Rio Doce'.

De acordo com os Tupiniquim, as lagoas que estão nas nascentes dos rios Riacho e Comboios recebem ocasionalmente águas do Rio Doce, em seus períodos de cheia, visto que grande parte dessa região compõem-se de várzeas inundáveis. Os rios Riacho, Comboios e Gimuhuna recebem também, atualmente, águas do Rio do Doce por meio do canal Caboclo Bernardo, construído pela empresa Celulose, em 1999, para abastecer de água sua fábrica em Aracruz.

Com efeito, o canal Caboclo Bernardo interligou os rios Riacho e Comboios ao Rio Doce por meio de antigos canais de drenagem das várzeas, construídos pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento, e um sistema de comportas que direciona a água até o reservatório da empresa.

De acordo com informações disponíveis na internet, a empresa Fibria afirma ter interrompido a captação de água do Rio Doce em meados do mês de novembro/2015, quando a lama de rejeitos alcançou a região. A captação de água do Rio Doce foi retomada, segundo a empresa, no dia 28 de dezembro último. Teria, assim, evitado que a lama de rejeitos atingisse os rios Riacho e Comboios.

Os Tupiniquim e moradores da Vila do Riacho (que utilizam a água desse rio para o abastecimento doméstico) contradizem essa informação, afirmando que a água desses rios apresenta odor e cor diferentes do habitual, bem como assinalam alterações na fauna dos rios,

como a mortandade de peixes no rio Riacho e o sumiço do camarão no rio Comboios¹⁶.

O sumiço do camarão também é citado pelos Guarani da aldeia Piraquêaçu. Segundo os Guarani, depois que uma espuma amarelada apareceu no estuário do rio Piraquê-Açu, não viram mais esta espécie na água, a qual utilizam como isca para pegar peixes. Reportam ainda uma diminuição dos peixes que pescam.

Embora não estabeleça relação com a possível chegada de rejeitos minerários no rio Piraquê-Açu, o Sr. Denivaldo Neves Vicente, catador de siri residente na Aldeia Irajá, também faz referência ao desaparecimento do camarão nesse rio, segundo ele há uns três meses que não 'dá camarão' no rio. Também na aldeia Caieiras Velhas houve referência ao desaparecimento do camarão. O Sr. Benedito Sezenando, um velho pescador, afirmou:

Você sabe que o meu serviço é pescar. Quando saiu aquela zoada, aqui em Santa Cruz... que perceberam que chegou a lama aí, o camarão sumiu. Quando eles falaram ali, o camarão sumiu...então quer dizer que teve uma diferença.¹⁷

O forte receio quanto a possível 'contaminação' dos peixes, moluscos e crustáceos do mar e dos rios que banham as terras indígenas é também partilhado pelas comunidades indígenas das Terras Indígenas Tupiniquim e Caieiras Velhas II.

Entre os Guarani da Aldeia Piraquêaçu, a contaminação do rio Piraquê-Açu é um fato comprovado. Segundo os moradores, uma criança, filho do cacique, afogou-se no rio, levado para um hospital em Vitória, os médicos teriam constatado que ele foi “contaminado” pelas águas do rio. Assim, os habitantes dessa aldeia não permitem mais que seus filhos entrem no rio para se banhar ou brincar.

No caso Tupiniquim, a chegada da pluma de rejeitos à foz do Piraquê-Açu acionou o temor de que possa destruir o mangue,

16 No dia 27 de janeiro de 2016, durante o trabalho de campo, houve uma grande manifestação dos moradores da Vila do Riacho e indígenas da Aldeia Córrego do Ouro, bloqueando a rodovia ES-010 durante algumas horas, em protesto pela qualidade ruim da água que abastece a Vila, captada no rio Riacho.

17 Entrevista como Sr. Benedito Sezenando, Aldeia Caieiras Velhas, realizada dia 29 de janeiro de 2016.

retirando-lhes uma fonte permanente de recursos alimentares e econômicos. Dona Helena, anciã da Aldeia Caieiras Velhas, por exemplo, afirma, em um misto de raiva e tristeza, que a lama vai acabar com os mariscos do mangue de onde ela tirou os recursos para criar seus filhos. Esse receio é verbalizado também pelo Sr. Benedito Sezenando:

Agora, nesse dia que eles falaram isso aí (a chegada da lama à foz do Piraquê-Açu), meu Deus do Céu, eu nem consegui comer naquele dia de tão chocado que fiquei, eu vou morrer de fome. Carne de criação eu não como, carne de gado eu não sou chegado, agora o caranguejo o siri o peixe aí é comigo. Se acabar aí, acabou [minha vida].¹⁸

De acordo com os Guarani, a espuma chegou ao Piraquê-Açu quinze dias após a lama ter chegado a Regência:

Severina: Teve uns três dias que deu muita espuma também, amanheceu com espuma, de fora a fora do rio.

[...]

Bruno: Os três dias que deu muita espuma no rio, vocês disseram que tem três semanas que aconteceu?

Severina: Não, tem tempo. Logo que chegou a lama nos Comboios, passou uns quinze dias a espuma chegou aqui.

Bruno: A espuma ficou mais aqui na boca do Piraquê ou ela subiu?

Severina: Ela desceu¹⁹, ela veio de lá da boca e saiu por aí afora. Foi até eu e Marilda que olhamos.²⁰

O Sr. Manuel dos Santos, ex-cacique da Aldeia Caieiras Velhas e atual presidente da Associação de Pescadores Indígenas, relatou que em meados do mês de dezembro houve a entrada de espuma espessa no Rio Piraquê-Açu. Entretanto, segundo ele, a Prefeitura Municipal de Aracruz informou que essa espuma não tinha relação com a lama de rejeitos minerários do desastre ambiental de Mariana. Mas, como vimos, os Guarani e os Tupiniquim relatam alterações no ambiente

18 Entrevista como Sr. Benedito Sezenando, Aldeia Caieiras Velhas, realizada dia 29 de janeiro de 2016.

19 A Sra. Severina equivocou-se ao dizer que a espuma 'desceu' o rio, pois a seguir afirma que a espuma 'veio da boca' e de lá se espalhou.

20 Entrevista na aldeia Piraquêaçu. Dia 28 de janeiro de 2016.

estuarino no mesmo período que a lama teria chegado à foz do rio Piraquê-Açu.

Outro impacto fortemente sentido pelas populações indígenas de Aracruz refere-se ao comércio de peixes e caranguejos. Como já referido, na aldeia Comboios e no Córrego do Ouro, a pesca e a coleta de crustáceos, tanto para subsistência quanto para a venda, foram interrompidas desde a chegada dos rejeitos à foz do Rio Doce e ao mar. Além do receio de se alimentarem com peixes e mariscos 'contaminados', os Tupiniquim de Comboios relatam que os moradores da Vila do Riacho também deixaram de comprar os peixes pescados na região. Jailson Coutinho, cacique da Aldeia Córrego do Ouro cita a situação de dois moradores da aldeia que vivem da comercialização de pescados que nas últimas semanas tiveram que paralisar seus negócios.

Na aldeia Caieiras Velhas, o pescador Deo, filho de D. Jandira, embora entenda que a lama de rejeitos não tenha afetado o mangue do rio Piraquê-Açu, é enfático ao afirmar a redução da venda de caranguejo para os turistas que visitam a região. Ao ser perguntado sobre a possível entrada da lama de rejeitos minerários no estuário do Piraquê-Açu, comentou:

Deo: Só alarme. Cheguei a ver não. Porque a gente, logo que saiu esse alarme, a gente ficou até sem poder vender os nossos mariscos por causa desse alarme aí. Tinha gente que comprava, quem conhece a nossa região aqui comprava, agora os estranhos que vinham, os turistas, ficavam com receio de comprar. Mas não sei se foi só um alarme mesmo, depois eles começaram a comprar normalmente de novo, né.... Sai muito marisco desse lugar aqui. **Diminuiu bastante, diminuiu mesmo, essa semana mesmo passada, essa que passou agora, a gente pegou pra vender mas não vendeu... foi fracassada, não sei se é de medo do impacto ou também essa crise.**[...] Essa semana peguei pouco, mas ainda sobrou bastante aí, não consegui vender bem não.

Bruno: Tá vendendo menos este ano que o ano passado?

Deo: Muito menos... não sei se é devido ao impacto ou a crise.²¹

21 Entrevista com Delcio Benedito (Deo de D. Jandira), realizada no dia 27 de janeiro de 2016.

Os Guarani da Aldeia Piraquêaçu também comentaram que nos últimos tempos, os turistas que visitam a aldeia deixaram de pedir que eles preparassem peixe para eles por receio de consumir peixe do rio que poderia estar 'contaminado'. Relatam que essa situação está colocando em risco um projeto que estavam desenvolvendo de criação de um pequeno restaurante na aldeia, para o qual já teriam conseguido recursos, mas que diante da situação atual não sabem se será viável.

Mas, do ponto de vista econômico, para os Guarani o maior impacto da chegada da lama de rejeitos à região foi a redução do número de turistas, visto que a venda de artesanato é a principal fonte de renda para essas comunidades. O artesanato é vendido nas aldeias, em um pequeno quiosque às margens da rodovia ES-010, nas praias e durante eventos festivos, como as festas de *réveillon* em Barra do Sahy.

A época de maior comercialização do artesanato é entre o início do verão e o carnaval, quando toda a região costuma ser muito visitado por turistas. Este ano, contudo, em razão da interdição das praias de Linhares-ES e do receio de que as de Aracruz também estejam afetadas pelos rejeitos da Samarco o número de turistas, segundo a percepção dos Guarani, diminuiu muito. Como relatou a Sra. Severina, da aldeia Piraquêaçu:

Bruno: E o artesanato, onde é que vocês?

Rodrigo: Fora, aqui dentro....

Sra. Severina: Esse ano caiu também, por causa dos turistas que não vêm. A gente recebe muito turismo aqui, pelo rio, vem muito carro aqui. Agora... turista que vem vai sempre lá na Regência... vem pra Vitória e daqui vai pra Regência, como Regência é contaminada lá, então eles não vêm.

[...]

Sra. Severina: Esse verão eu não vendi [artesanato]... tá chegando o carnaval e eu tenho muito artesanato. Não tô vendendo igual era antes... Caiu muito.²²

Os Guarani também referiram que todos os anos, no verão, eles são convidados pela Prefeitura de Aracruz para vender seus artesanatos em um quiosque na Barra do Sahy, mas que este ano não

²² Entrevista com moradores da Aldeia Piraquêaçu, realizada em 28 de janeiro de 2016.

houve tal convite, talvez reflexo da insegurança sobre a vinda de turistas para a região após a chegada da lama de rejeitos à região.

Além desses efeitos sobre a economia e subsistência dos povos indígenas Tupiniquim e Guaraní das terras indígenas de Aracruz, é importante destacar também que a chegada da lama de rejeitos à praia de Comboios e a possível entrada nos cursos d'água da região atingiram também as atividades de lazer dessas comunidades. Com efeito, boa parte do lazer dessas comunidades ribeirinhas e costeiras relaciona-se com a água: tomar banho, acampar, pescar, etc, são atividades muito apreciadas pelos indígenas, as quais estão inacessíveis em decorrência da possível contaminação das águas pelos rejeitos.

6. Conclusão

Como já referido anteriormente, não é possível tratar o desastre socioambiental decorrente do rompimento da barragem de Fundão, como um evento único. Ainda que a passagem da enxurrada da lama de rejeitos minerários seja marcante, o desastre não pode ser reduzido a ele, nem da perspectiva ambiental e menos ainda do ponto de vista social e cultural. Destarte, além dos impactos tratados neste parecer, é muito provável que outros estejam em curso ou sejam percebidos no futuro, os quais somente uma pesquisa de longa duração poderá apreender.

Não obstante, o trabalho de campo pode constatar a ocorrência de diversos impactos desse desastre sobre as populações indígenas das terras indígenas Caieiras Velhas II, Comboios e Tupiniquim, conforme se procurou demonstrar ao longo do parecer.

É importante observar que esses impactos às vezes são similares entre as diversas comunidades, às vezes diferem em intensidade, outras vezes são de natureza diversa. Tendo em consideração que esta perícia não buscou mensurar ou valorar

economicamente esses impactos, optou-se por descrever situações e percepções locais dos danos e riscos decorrentes do desastre.

Em relação à Terra Indígena Comboios, dada a maior proximidade com a foz do Rio Doce, bem como a interligação dos rios Riacho e Comboios ao Rio Doce por meio do Canal Caboclo Bernardo, os impactos são explícitos: **1. Interdição da pesca na praia de Comboios e nos rios; 2. Possível contaminação da água que abastece as aldeias; 3. Desequilíbrio ambiental pela mortandade de peixes e desaparecimento de espécies da fauna (por exemplo, o camarão); 4. Suspensão das atividades de lazer na praia, mangue e rios; 5. Receio dos possíveis efeitos do desastre sobre a segurança alimentar da comunidade, entre outros.**

Nas terras indígenas Caieiras Velhas II e Tupiniquim, os principais impactos relatados referem-se à: **1. Redução da venda de peixe e caranguejo, principalmente no período que a pluma chegou à foz do rio Piraquê; 2. Redução da venda de artesanato guarani desde a chegada da lama de rejeitos à foz do Rio Doce; 4. Desequilíbrio ambiental (desaparecimento do camarão) no Rio Piraquê-Açu e no mangue; 5. Receio que a 'contaminação' das águas do Rio Piraquê-Açu destrua o mangue e sua fauna; entre outros.**

Além desses impactos de cunho mais material, as entrevistas realizadas durante o trabalho de campo evidenciam uma situação de **sofrimento social**²³ em todas as comunidades indígenas decorrente do temor de 'contaminação' das águas e da fauna aquática e o desequilíbrio ambiental que possa provocar. O **sofrimento** decorre da sensação de insegurança e impotência quanto aos efeitos do desastre sobre as vidas de cada um e sobre a comunidade, expressos de forma simples e direta por vários indígenas, como o Sr. Benedito Sezenando:

23 Segundo Suzene de Alencar Vieira: “Os estudos sobre sofrimento social buscam situá-lo a meio caminho da experiência subjetiva e da memória social, sem, contudo, reduzir o sofrimento a esquemas de significados de teodicéias, tampouco limitá-lo a uma manifestação singular da subjetividade. A experiência comum de sofrimento é capaz de criar um sentido de solidariedade entre vítimas e mobilizar a ação política. Os relatos sobre a experiência comum de sofrimento podem ensejar a articulação de grupos políticos.” VIEIRA, Suzane de A. “Dor e Catástrofe: um estudo sobre drama e sofrimento social.” Comunicação apresentada na ANPOCS, Caxambu, 2009.

Agora, nesse dia que eles falaram isso aí (a chegada da lama à foz do Piraquê-Açu), meu Deus do Céu, eu nem consegui comer naquele dia de tão chocado que fiquei, eu vou morrer de fome. Carne de criação eu não como, carne de gado eu não sou chegado, agora o caranguejo o siri o peixe aí é comigo. **Se acabar aí** [o manguê], **acabou** [minha vida]!

Ou nas falas de Jonas e Joana Guarani:

Joana: [...] **Mas agora a gente tem medo de ir lá pescar porque caiu aquela lama lá que estragou peixe tudo.**
[...]

Joana: **A gente tem medo.**

S Jonas: **A gente quer comer peixe e, puxa, será que assim poluído que vê, a gente vai pegar e depois adoecer. Puxa, tudo isso a gente pensa.**

Bruno: Desde quando vocês estão sem pescar?

S Jonas: [em guarani]

S. Jonas: É porque eu tô explicando: Desde aquela vez que veio esse coisa de lama, até o peixinho, deste tamanho, morrendo, aqui na frente lá. A gente viu aí.

O **sofrimento** também decorre da impotência dessas populações vulneráveis frente as burocracias estatais e empresariais, as quais valendo-se da autoridade técnica, científica e política, têm o poder de dizer quem é vítima ou não do desastre, quem poderá receber assistência ou compensação.

Por fim, percebe-se que o **sofrimento social** das comunidades Guarani e Tupiniquim decorre da ruptura ou suspensão dos projetos de vida que passam agora a depender dos efeitos do desastre sobre o ambiente natural e social das comunidades afetadas e das medidas que serão implementadas para minimizar e compensar os impactos e danos sofridos.

É o parecer.

[Assinatura Eletrônica no Sistema Único]

JORGE BRUNO SALES SOUZA

Analista do MPU/Perícia/Antropologia

REGISTRO FOTOGRÁFICO



Aldeia de Comboios



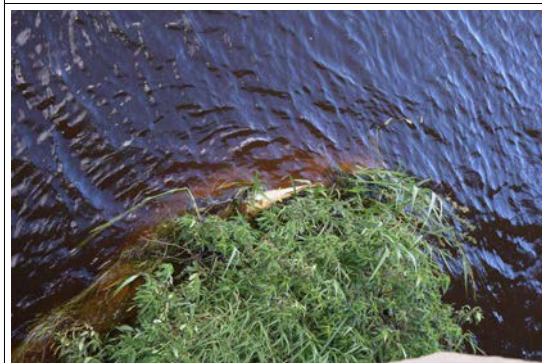
Praia de Comboios (vê-se restos de vegetação lançados pela foz do Rio Doce)



Restos de tapiri utilizado pelos Tupiniquim quando pesacavam na praia.



Peixe morto no Rio Riacho



Peixe morto no Rio Riacho



Área de Mangue utilizada pelos Tupiniquim de Comboios



Barcos de pesca às margens do Piraquê-Açu

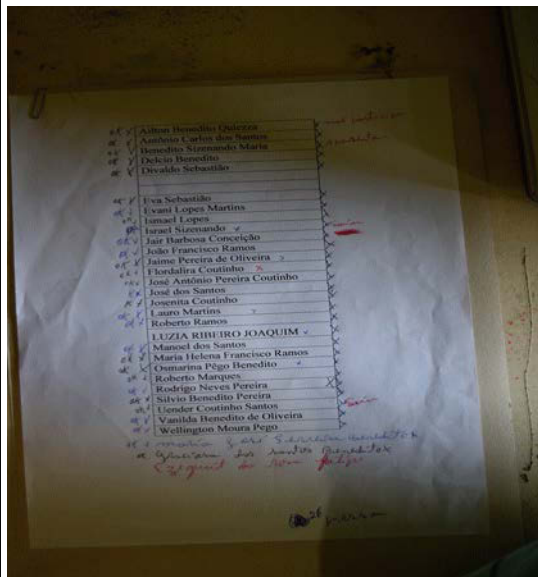


Manoel do Santos, presidente da Associação de Pescadores e Catadores Indígenas entre o Sr. Benedito Sezenando e Sr. João Francisco, também pescadores.

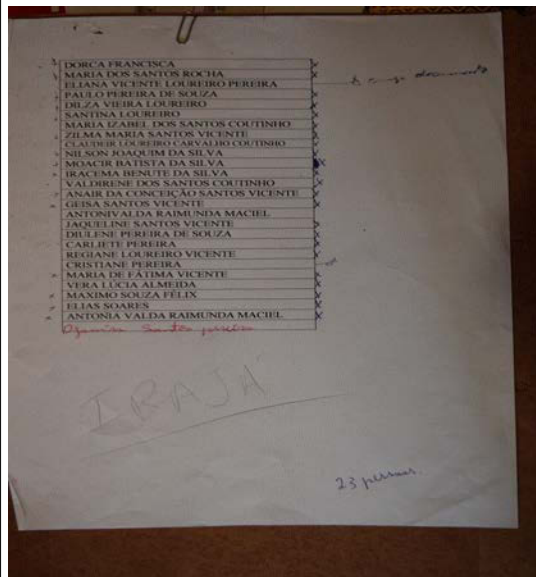
Sede da Associação de Pescadores e Catadores Indígenas – Aldeia Caieiras Velhas



Jiquiá para pesca do siri.



Lista de Associados da ASPCI



Lista de Associados da ASPCI



Área de mangue utilizada pelos Tupiniquim da Aldeia Irajá.



Área de mangue utilizada pelos Tupiniquim da Aldeia Caieiras Velhas.